

COE cobra avanços em direitos na primeira negociação específica com o Santander

A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Santander realizou, nesta terça-feira (14), a primeira mesa de negociação da pauta específica da Campanha Nacional dos Bancários 2026 com o banco.

Na abertura dos trabalhos, a coordenadora da COE, Ana Marta Lima, reafirmou que o objetivo do movimento sindical é preservar as conquistas do atual Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e avançar na ampliação de direitos.

A pauta apresentada está organizada em três eixos: manutenção das cláusulas já existentes, aperfeiçoamento de dispositivos que precisam de atualização e inclusão de novas reivindicações.

Entre os principais pleitos estão a ampliação do programa de bolsas de estudo, a isenção de todas as tarifas bancárias para os funcionários, condições diferenciadas para financiamento imobiliário e melhorias em outras linhas de crédito.

As negociações terão continuidade nos dias 22 e 28 de julho, quando a COE espera receber as primeiras devolutivas do banco sobre as reivindicações apresentadas.

Contraf-CUT orienta empregados da Caixa sobre cobranças do Saúde Caixa

Sindicatos de todo o país estão recebendo reclamações de empregados e empregadas da Caixa sobre cobranças de contribuições ao Saúde Caixa incidentes sobre verbas remuneratórias recebidas em processos judiciais trabalhistas antes de 1º de janeiro de 2026.

A cobrança contraria o entendimento da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa sobre o atual Acordo Coletivo de Trabalho. Segundo a assessoria jurídica que acompanha as negociações da CEE com a Caixa, a cláusula 2ª, parágrafo 5º, estabelece que as contribuições pessoal e patronal devem incidir sobre valores pagos a partir da vigência do acordo.

A Contraf-CUT, por meio da CEE/Caixa, já questionou o banco e solicitou esclarecimentos e a regularização dos casos. “Na negociação, ficou definido que a contribuição passaria a valer para os valores pagos a partir da vigência do ACT. Não há previsão de cobrança retroativa sobre verbas recebidas anteriormente”, afirmou a coordenadora da CEE/Caixa, Luiza Hansen.

Os empregados, empregadas, aposentados e aposentadas que receberam a cobrança relativa ao período anterior a 2026 devem:

- Responder à Caixa contestando a cobrança;
- Não autorizar o desconto no Portal Integramais;
- Procurar o sindicato de sua base e encaminhar a cobrança e a memória de cálculo;
- Aguardar nova orientação da CEE/Caixa e das entidades sindicais.